

NOS DESPOJOS DA CRISE ECONÓMICA E FINANCEIRA: A INVIABILIDADE DE UMA MOEDA MUNDIAL

Paulo Vila Maior

Professor Associado

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal

pvm@ufp.edu.pt

RESUMO

A crise económica e financeira colocou o mundo perante desafios sem precedentes. A criação de uma moeda mundial – como resposta à crise e como medida preventiva de futuras crises – é equacionada. A moeda mundial esbarra em três obstáculos que têm diferentes enfoques teóricos: teoria realista (relações internacionais), teoria das escolhas racionais (ciência política) e teoria das zonas monetárias óptimas (ciência económica). A heterogeneidade é o pano de fundo da economia política real que domina a economia internacional, liquidando as aspirações da moeda mundial.

PALAVRAS-CHAVE

Crise económica; economia mundial; FMI; moeda mundial

ABSTRACT

The ongoing crisis raised important challenges. The idea of creating a world currency to overcome the crisis and to prevent future crisis is examined. However appealing it might be, the idea of a world currency faces three obstacles with different theoretical insights: realism (international relations), rational choice (political science), and the optimum currency area theory (economics). Theoretical heterogeneity is the political economic template of international economics, therefore jeopardising the aspirations of a world currency.

KEYWORDS

Economic Crisis; World Economy; IMF; World Currency

INTRODUÇÃO

Ainda sem ter sido totalmente dobrada a crise económica e financeira, há já algumas ilações a retirar. Com uma crise tão profunda e demorada como pano de fundo, este seria o contexto (pelo menos em tese) para medidas de fundo que combatessem os problemas actuais e prevenissem o surgimento de novas crises no futuro. A profundidade e a extensão da crise económica e financeira seriam a janela de oportunidade para a ruptura com o passado e a moeda mundial o ingrediente da ruptura. Todavia, a criação de uma moeda mundial, possivelmente gerida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), não chegou a ser equacionada nas negociações internacionais que se seguiram à eclosão da crise financeira e económica (Goodhart). Ainda que não tenha saído do plano das ideias, importa apreciar a ideia e confrontá-la com o mundo como o conhecemos.

Interessa, pois, isolar os factores de ordem teórica que negam validade à moeda mundial. Os obstáculos resultam da teoria das relações internacionais (o realismo), da ciência política (teoria da escolha racional) e da economia (teoria das zonas monetárias óptimas). Mesmo que a possível criação da moeda mundial remeta para a economia, outras disciplinas científicas fornecem o substrato da moeda mundial. Esse é o papel desempenhado pelas relações internacionais e pela ciência política. Se a moeda mundial viesse a ser concretizada, os seus efeitos seriam mais estudados pelos economistas. Mas o que permite compreender o ambiente favorável à criação de uma moeda mundial é a ciência política de braço dado com as relações internacionais. Deste modo, limitamo-nos a recolher ensinamentos em correntes dominantes nas três disciplinas para se apreciar a possibilidade de concretização de uma moeda mundial.

1. OBSTÁCULOS COLOCADOS PELAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A INFLUÊNCIA DO REALISMO

Socorremo-nos de um paradigma dominante – o *realismo* – para configurar a admissibilidade da proposta. De acordo com os preceitos da escola realista (Jackson e Sørensen), as soluções contempladas pelos decisores políticos são predeterminadas pela envolvente mundial. Entenda-se, pelo mundo como ele é, não de acordo com propostas normativas que não configuram, num determinado momento, as condições aceitáveis em que se enquadra o mundo (Gismondi). As opções de quem está envolvido em negociações internacionais são optimizadas em função das variáveis exógenas que não podem ser influenciadas pelos agentes envolvidos nas negociações. As soluções contempladas são as possíveis em virtude dos constrangimentos externos que são alheios à vontade e à capacidade de manobra dos intervenientes (Scheuerman). Ainda que, por vezes, as opções escolhidas sejam incompreensíveis para o observador comum, menos atento à influência surda exercida pelos constrangimentos externos que suplantam (e assim condicionam) a vontade dos negociadores. De acordo com a escola realista, os actores internacionais devem pautar o seu comportamento por padrões de flexibilidade. Só dessa forma possuem a capacidade de ajustamento às variáveis externas que não conseguem controlar (Donnelly).

O realismo importado das relações internacionais é útil para perceber o poderoso constrangimento exógeno com que a criação de uma moeda mundial se confronta. A moeda continua a ser olhada – e erradamente olhada – como um símbolo da soberania nacional (Milward). Quando alguma lucidez retira aquela carga simbólica da moeda, sobra a percep-

ção de que a moeda é um referencial de pertença, nem que mais não seja devido aos rostos de soberanos e a símbolos de identidade nacional que aparecem inscritos nas moedas e notas. A partir do momento em que a moeda nacional é consagrada, pelas autoridades nacionais, como um referencial de pertença, erguem-se obstáculos intransponíveis à sua substituição pela moeda mundial.

Apesar da UE se ter colocado na vanguarda quando avançou para a integração monetária, substituindo as moedas nacionais pelo euro (actualmente em dezassete dos vinte e sete Estados membros), a renúncia à moeda nacional em detrimento de uma nova moeda comum é olhada com desconfiança por países que não estejam envolvidos num processo de integração económica e política. Àqueles países falta uma cultura de socialização transnacional alimentada pelo enraizamento de hábitos de contacto e de aprendizagem com as boas práticas que um certo Estado membro da UE oferece aos demais (Schimmelfennig). Aos líderes políticos destes países não é oportuno reconhecer que a transição para uma moeda única na Europa não determinou uma perda de soberania dos países que abdicaram da respectiva moeda nacional (Dornbusch). A inconveniência em admitir os efeitos da integração monetária europeia está na necessidade em conservar o poder ao nível nacional, nem que esse poder seja apenas uma encenação para que os cidadãos se convençam de que o exercício do poder ainda se localiza na esfera nacional. Antes da moeda única europeia, formalmente os bancos centrais nacionais detinham o controlo da política monetária nacional. Todavia, na prática, todos se limitavam a seguir as orientações de política monetária do banco central alemão (Verdun). Com a transição para a moeda única e a criação do Banco Central Europeu, os Estados membros que eram seguidores passaram a ter uma palavra na concepção da política monetária da zona euro. Conseguiram, desse modo, reconquistar um poder que factualmente tinham perdido para a Alemanha. Ora, este cenário não é compatível com a erosão da soberania, como reivindicam os detractores da união monetária europeia.

Fora de ambiciosas experiências de integração económica e política, os países mostram-se pouco sensíveis a abdicar de elementos que consideram ingredientes da respectiva soberania nacional. Ainda que no passado recente existam inúmeros exemplos de efectiva abdicção da moeda nacional sem que ela formalmente seja substituída por outra, comum a vários países: assim aconteceu em todos os países que decidiram indexar o valor da moeda nacional ao dólar dos Estados Unidos (no que ficou conhecido como fenómeno da “dolarização”) (Alesina e Barro). A invocação da moeda nacional como símbolo de soberania é um equívoco conceptual. Aceita-se quando esse atributo é invocado por leigos, por quem ignore os cânones da ciência política que ensinam os três alicerces da soberania nacional (Heywood): território, população e poder político. A relutância dos decisores políticos dos países é menos compreensível para um observador desatento. Insinua-se a inadmissibilidade dos políticos desconhecerem que a moeda não é um elemento constitutivo da soberania e que nem sequer seja um símbolo dessa soberania, atendendo ao processo de integração monetária em curso na UE e à perda factual de soberania (se esse fosse o ângulo de análise correcta) naqueles países que indexaram a sua moeda à moeda de outro país.

É pela lente do realismo que melhor se explica a indisponibilidade de muitos países para aceitarem uma moeda mundial. A substituição da moeda nacional pela moeda mundial poderia ser entendida, ao nível nacional, como cedência de poder. Se o monopólio do exercício da autoridade caracteriza a natureza do Estado (Hoffman), e se essa variável é um dado adquirido quando os países se envolvem na sociedade internacional obedecendo um código de conduta que tem no respeito recíproco da soberania nacional a sua pedra de toque

(Shaw), estes elementos são incorporados na análise realista das relações internacionais. Uma vez mais, o mundo é como é, não como gostaríamos que ele fosse. Nesta concepção realista das relações internacionais, mais importante do que admitir os efeitos benéficos de uma moeda mundial é a percepção dos elevados custos que ela representaria para quem nesse momento detiver o poder nos países. Para não caucionarem a anomia (e para não serem eles a dar cobertura ao desrespeito da autoridade em que se viram investidos), os líderes nacionais recusaram negociar a hipótese de uma moeda mundial (Goodhart).

2. OS OBSTÁCULOS COLOCADOS PELA CIÊNCIA POLÍTICA: A TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL

O segundo contributo teórico que facilita a compreensão da moeda mundial vem da ciência política: a teoria da escolha racional (Elster). Esta teoria compreende uma abordagem social abrangente que analisa comportamentos humanos e apresenta teorias e hipóteses testáveis. São três os pressupostos da teoria da escolha racional (Pollack 32): i) o indivíduo é a unidade básica de análise; ii) os indivíduos têm comportamentos que maximizam a sua utilidade; e iii) as expectativas utilitaristas dos indivíduos dependem, contudo, de factores exógenos que constroem as suas escolhas, ou seja, a decisão racional é tomada após a consideração das diversas alternativas em equação e dos obstáculos alheios à vontade do indivíduo. Os resultados dependem da interacção dos interesses dos indivíduos, depois de sopesados os constrangimentos exógenos com que se deparam. Um certo resultado é possível pela convergência de interesses de certos indivíduos que, num determinado momento, são os protagonistas.

A teoria da escolha racional centrada no comportamento dos actores relevantes é um valioso enquadramento teórico para a análise da moeda mundial. Coloca a ênfase nos interesses e nas estratégias dos actores e de como influenciam o processo político, quer ao nível nacional quer quando se articulam na ordem internacional. Os actores (nacionais e transnacionais; governos e não governamentais) maximizam os seus interesses independentemente das pressões exercidas por forças políticas e sociais (Neyer). A teoria desvaloriza o papel das organizações internacionais, negando-lhes autonomia e atribuindo-lhes uma influência residual na conformação das soluções internacionais (Pollack). São as escolhas dos actores mencionados que predeterminam o comportamento das organizações internacionais; por conseguinte, a atribuição de competências de gestão de uma moeda mundial ao FMI estaria sempre dependente do consentimento (e do interesse a concorrer nesse sentido) dos governos nacionais, aqui considerados como os actores mais relevantes.

O potencial explicativo da teoria da escolha racional está na resposta à seguinte interrogação: do conhecimento que temos do mundo e dos interesses que conformam as preferências dos governos nacionais, existem condições para a criação de uma moeda mundial? Em parte, a resposta incorpora elementos que são tangentes à análise feita no contexto do realismo das relações internacionais. Ou seja, a perda da moeda nacional não é consistente com os interesses domésticos dos governos nacionais, que passam pela afirmação de autoridade perante os cidadãos.

Para além desta coincidência, as expectativas racionais que norteiam o comportamento dos governos nacionais são condicionadas por uma dupla percepção. Em primeiro lugar, a heterogeneidade macroeconómica entre os países não aconselha a introdução de soluções

que forcem a homogeneidade onde ela está ausente (Barro). A moeda mundial implicaria a adopção de uma política monetária única que não poderia levar em consideração as necessidades específicas de certos países que se desviassem do padrão dominante na configuração da política monetária. Em segundo lugar, a consequência da heterogeneidade macroeconómica: perante as diferenças acentuadas entre os países, aos governos nacionais interessa conservar instrumentos que possibilitem uma acomodação às exigências do ciclo económico (Bofinger). Neste sentido, é do interesse dos governos nacionais manter a moeda nacional e preservar alguma autonomia (a que for possível num mundo crescentemente globalizado) na política monetária.

Estes dados correspondem às características da teoria da escolha racional: i) cada governo nacional, individualmente considerado, é a unidade de análise. As decisões que tomam levam em linha de conta as preferências nacionais; ii) as opções são consistentes com a maximização da utilidade de cada governo nacional. É o que se verifica quando os governos nacionais desvalorizam, ou até ignoram, a moeda mundial por não a considerarem adequada à maximização dos respectivos interesses nacionais; iii) a decisão tomada avalia as variáveis exteriores que a podem condicionar. É nesse contexto que exercem influência a profunda diversidade e a falta de sincronização entre as economias nacionais (Inklaar e de Haan). Aliás, parece nítido o veículo de transmissão entre este aspecto da teoria da escolha racional e a abordagem realista das relações internacionais: num caso como noutro, as decisões tomadas expõem-se, em última instância, aos constrangimentos colocados por variáveis exógenas. Neste caso, paradoxalmente, os constrangimentos externos concorrem a favor da preservação dos poderes nacionais.

Em síntese, consideramos que é sobretudo pelo ângulo de análise da teoria das escolhas racionais que se percebe a falta de interesse dos governos nacionais na moeda mundial. A moeda nacional é um útil instrumento de política económica. A moeda serve de concretização às preferências nacionais, tendo em conta a amplitude das diferenças económicas entre os países.

3. OS OBSTÁCULOS COLOCADOS PELA CIÊNCIA ECONÓMICA: A TEORIA DAS ZONAS MONETÁRIAS ÓPTIMAS

É possível recolher ensinamentos da ciência económica que são pouco favoráveis à criação de uma moeda mundial. À ciência económica interessa estudar as condições necessárias para a criação de uma zona monetária composta por vários países que aceitam substituir as moedas nacionais por uma nova moeda – a moeda única. Se essas condições estiverem preenchidas, estamos perante uma zona monetária óptima (mais vulgarmente conhecida como união monetária). A teorização data da década de sessenta (Mundell; McKinnon; Kenen), não sendo actualmente consensual entre os economistas (Artis). Consideramos, todavia, que é uma teoria relevante para perceber se a proposta de criação de uma moeda mundial é exequível. No entanto, como ferramenta analítica da moeda mundial, a teoria esbarra numa importante restrição: foi sempre usada para testar a viabilidade de uma união monetária entre um grupo restrito de países entre os quais exista proximidade regional, alguma homogeneidade macroeconómica e alguma identidade quanto às respostas de política económica. Identificada a restrição, será ocasião para apreciar as condições de validação económica da moeda mundial usando a única ferramenta teórica disponível para o efeito.

Para que uma união monetária entre vários países possa vingar é necessário perceber se estão satisfeitos determinados requisitos. Se ela não preencher esses requisitos, está longe de ser "ótima;" as probabilidades de obter sucesso esbarram na incapacidade de satisfazer aquelas condições prévias. De acordo com a teoria das zonas monetárias ótimas, uma moeda única só se pode impor se os países que a ela aderem mostrarem, à partida, alguma homogeneidade macroeconómica. Os países que empreendem a transição para a união monetária não devem apresentar grandes desequilíbrios nas preferências entre a inflação e o desemprego (Frankel e Rose): se um país apostar numa política de estabilidade de preços e outro optar pelo combate ao desemprego, aceitando taxas de inflação mais elevadas, podem-se gerar desequilíbrios incompatíveis com o funcionamento da zona monetária (que assim deixará de ser ótima). Como os países participantes na união monetária perderam um instrumento que estavam habituados a utilizar como mecanismo de ajustamento macroeconómico (a política cambial), menos sentido faz a participação numa união monetária se entre eles forem visíveis as diferenças entre inflação e desemprego (Alesina, Barro e Tenreyro). Só fará sentido o grupo de países avançar para a união monetária se, à partida, entre eles existir uma certa identidade de opções de políticas económica e não forem profundas as assimetrias na inflação.

Para impedir o agravamento dos diferenciais de inflação durante a união monetária, os países devem possuir idênticos mecanismos de determinação de aumentos salariais para evitar que discrepantes sistemas de fixação dos aumentos salariais transmitam impactos inflacionistas diferenciados. Quando os países estudam a possibilidade de formarem uma zona monetária ótima, as assimetrias de inflação são um obstáculo; pior seria se as diferenças de inflação fossem alimentadas por diferenças nas estruturas dos mercados de trabalho dos Estados membros da união monetária (Kydland e Prescott). Nesse caso, os diferenciais de inflação não seriam uma herança do passado; seriam o resultado da diversidade de comportamentos dos países. A união monetária poderia fracassar se os Estados membros não conseguissem ser homogêneos neste domínio.

Também as opções de política orçamental devem ser semelhantes. Está condenada ao fracasso uma união monetária onde convivam países conhecidos pela tradição de disciplina orçamental com outros onde a indisciplina orçamental é património genético. Os desequilíbrios resultantes de elevados défices orçamentais e de elevados níveis de endividamento traduzem-se num perigoso efeito de contágio do qual são vítimas os países bem comportados no plano orçamental (Buitter, Corsetti e Roubini). Neste sentido, também foram enfatizados os canais de transmissão entre a política orçamental e a política monetária: países que escorreguem para a indisciplina orçamental serão culpados pela elevação das taxas de juro. Numa conjuntura macroeconómica adversa, o aumento da taxa de juro penaliza indiscriminadamente os países que sejam bem comportados e os países mal comportados. Manda a prudência que os países interessados em formar uma união monetária só avancem se entre eles existir uma identidade político-económica quanto ao uso que dão à política orçamental. De outro modo, a consistência da (futura) união monetária está hipotecada.

Por fim, a teoria das zonas monetárias ótimas chama a atenção para os efeitos adversos de desníveis nas taxas de crescimento económico entre os países que se propõem a formar uma união monetária. Estas diferenciais são incompatíveis se a união monetária não for acompanhada por mecanismos de redistribuição de riqueza dos países mais abastados para os países mais carenciados (ou em favor daqueles que sofram um temporário abrandamento da taxa de crescimento, por comparação com os demais) (Kletzer e von Hagen). Na

ausência destes mecanismos, e na impossibilidade de utilizar a taxa de câmbio para recuperar assimetrias de crescimento económico, as disparidades prolongam-se no tempo. Para prevenir o fenómeno, é imprescindível assegurar alguma convergência das economias dos países durante a transição para a união monetária. De outro modo, a união monetária ficará associada a um agravamento das assimetrias de crescimento (e de desenvolvimento) entre os Estados membros.

A descrição abreviada da teoria das zonas monetárias óptimas é a prova cabal da inviabilidade da moeda mundial. Se em relação à união monetária europeia, onde o grau de homogeneidade é maior em comparação com a economia internacional, foram várias as vozes cépticas quanto às possibilidades de sucesso da moeda única (por exemplo, Méltiz), os obstáculos que se levantam à concretização da moeda mundial são de outra dimensão. Nem seria preciso comparar países que se situam em diferentes escalões quando são classificados em função do grau de desenvolvimento; a simples comparação entre algumas das maiores economias permite a observação de profundas diferenças de comportamento macroeconómico (Blanchard), até das diferentes opções de política económica em resposta a uma determinada fase do ciclo económico.

É um problema de escala. Se, no contexto europeu, a união monetária avançou de forma cautelosa e mesmo assim não escapou a severas críticas, por maioria de razão redobram de intensidade os obstáculos à moeda mundial pelo agravamento das diferenças nos principais agregados macroeconómicos e nas opções de política económica. Não baseamos esta conclusão apenas na comparação das diferenças existentes entre os países europeus e as mais acentuadas diferenças que caracterizam a economia internacional; um ingrediente em abono desta conclusão é a participação dos países europeus na UE, enquanto no exterior da Europa as experiências de integração existentes não envolvem os países membros com a mesma profundidade. Como seria possível conceber uma moeda mundial se, por exemplo, as autoridades europeias e as autoridades dos Estados Unidos optaram por diferentes estratégias de política económica no combate à crise económica e financeira (Dolls, Fuest e Peichl)? Como seria viável uma moeda mundial se as autoridades responsáveis pela política monetária têm diferentes abordagens diante da actual conjuntura (conservadorismo da política monetária europeia em contraponto com o esmagamento das taxas de juro, hoje próximas do zero, nos Estados Unidos)?

Perante a diversidade nos agregados macroeconómicos e as reacções assíncronas das autoridades responsáveis pela política económica, a economia internacional está longe de satisfazer as condições de viabilidade de uma moeda única aconselhadas pela teoria das zonas monetárias óptimas.

CONCLUSÃO

A análise à moeda mundial partiu do seguinte pressuposto: perante os desafios colocados pela profunda e demorada crise económica e financeira actual, faria sentido repensar a arquitectura da ordem internacional monetária e criar uma moeda mundial. Do contraponto entre os possíveis ganhos da moeda mundial e as zonas de sombra que impossibilitam medir com precisão os seus custos, sobressaem os constrangimentos colocados pela teoria em três domínios: relações internacionais, ciência política e ciência económica. Todavia, a problemática em análise podia ser abordada através de diferentes pressupostos. Primeiro,

poder-se-ia interrogar se a crise económica e financeira que ainda perdura podia ser evitada, ou os seus efeitos negativos antecipados, através de uma moeda mundial. Segundo, é oportuno interrogar se determinadas moedas já não assumiram, no passado, o papel informal de moeda mundial.

Quanto ao primeiro problema, propomos uma resposta que desliga as causas da crise, bem como as soluções que para ela se possam preconizar, da emergência de uma moeda mundial. Esta crise não teve motivações monetárias nem resultou de uma acumulação de crises cambiais. A origem da crise é exterior a factores de ordem monetária e cambial. Por conseguinte, não parece razoável encarar a moeda mundial como panaceia para crises com a natureza e a dimensão da actual crise. Neste sentido, esgotava-se um argumento em favor da criação de uma moeda mundial.

A segunda interrogação obriga a um exercício retrospectivo. No passado, o dólar norte-americano desempenhou o papel de reserva de valor mundial. Assim aconteceu com o sistema monetário internacional instituído após o final da segunda guerra mundial até ao seu colapso em 1973, no qual o dólar era a âncora do sistema e da estabilidade cambial que o sistema assegurava. Mesmo depois de 1973, quando o mundo entrou no “não sistema monetário internacional,” o dólar continuou a exercer protagonismo como unidade monetária de referência em diversos domínios (com particular importância para a denominação de operações de comércio internacional e como unidade monetária de referência para as cotações internacionais de matérias-primas).

BIBLIOGRAFIA

- Alesina, A., e R. J. Barro. "Dollarization". *The American Economic Review*, 91.2 (2001): 381-85.
- Alesina, A., R. J. Barro, e S. Tenreyro. "Optimal Currency Areas". *NBER Macroeconomics Annual* 17. (2002): 301-45.
- Artis, M. J. "Reflections on the Optimal Currency Area (OCA) Criteria in the Light of EMU". *International Journal of Finance & Economics* 8.4 (2003): 297-307.
- Barro, R. J. "Inequality and Growth in a Panel of Countries". *Journal of Economic Growth* 5.1 (2000): 5-32.
- Blanchard, O. "The Economic Future of Europe". *Journal of Economic Perspectives* 18.4 (2000): 3-26.
- Bofinger, P. *Monetary Policy: Goals, Institutions, Strategies, and Instruments*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- Buiter, W., G. Corsetti, e N. Roubini. "Excessive Deficits: Sense and Nonsense in the Treaty of Maastricht". *Economic Policy* 16. Abr. (1993): 58-90.
- Dolls, M., C. Fuest, e A. Peichl. *Automatic Stabilizers and Economic Crisis: US Vs. Europe*. IZA Discussion Paper no. 4310, 2009.
- Donnelly, J. *Realism and International Relations*. Cambridge: Cambridge U P, 2000.
- Dornbusch, R. "Euro Fantasies: Common Currency as Panacea". *Foreign Affairs*, 75. (1996): 110-24.
- Elster, J., ed. *Rational Choice*. Oxford: Basil Blackwell, 1986.
- Frankel, J. A., e A. K. Rose. "The Endogeneity of the Optimum Currency Area Criteria". *The Economic Journal* 108.449 (1998): 1009-25.
- Gismondi, M. D. *Ethics, Liberalism and Realism in International Relations*. London: Routledge, 2008.
- Goodhart, C. A. "The regulatory response to the financial crisis". *Journal of Financial Stability* 4.4. (2008): 351-58.
- Heywood, A. *Politics*. 3ª ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.
- Hoffman, J. *Citizenship Beyond the State*. London: SAGE Publications, 2004.
- Inklaar, R., e J. Haan. "Is There Really a European Business Cycle? A Comment". *Oxford Economic Papers* 53.2 (2001): 215-20.
- Jackson, R., e G. Sørensen. *Introduction to International Relations: Theories and Approaches*. 3ª ed. Oxford: Oxford U P, 2007.
- Kenen, P. B. "The Theory of Optimum Currency Areas: An Eclectic View". *Monetary Problems of the International Economy*. Eds. R. Mundell and A. K. Swoboda. Chicago: U of Chicago P, 1967. 41-60.
- Kletzer, K., e J. von Hagen. "Monetary Union and Fiscal Federalism". Ed. C. Wyplosz. *The Impact of EMU on Europe and the Developing Countries*. Oxford: Oxford U P, 2001. 17-39.
- Kydland, F. E., e E. C. Prescott. "Rules Rather Discretion: the Inconsistency of Optimal Plans". *Journal of Political Economic* 85. (1977): 473-92.
- McKinnon, R. I. "Optimum Currency Areas". *The American Economic Review* 53.4 (1963): 717-25.

- Méltitz, J. "Assessing the Costs of European monetary union". *Atlantic Economic Journal* 24,4 (1996): 269-80.
- Milward, A. S. "The Frontiers of National Sovereignty". *The Future of the Nation State: Essays on Cultural Pluralism and Cultural Integration*. Eds. S. Gustavsson and L. Lewin. London: Routledge, 1996. 82-92.
- Mundell, R. "A Theory of Optimum Currency Areas". *The American Economic Review* 51.4 (1961): 657-65.
- Neyer, J. "The Deliberative Turn in Integration Theory". *Journal of European Public Policy* 13.5 (2006): 779-91.
- Pollack, M. A. "Rational Choice and EU Politics". *Handbook of European Union Politics*. Eds. K. E. Jorgensen, M. A. Pollack, e B. Rosamond. London: SAGE Publications, 2006. 31-55
- . *The New Institutionalisms and European Integration*. Constitutionalism Web-Papers ConWEB no. 1/2008.
- Scheuerman, W. F. "Carl Schmitt and Hans Morgenthau: Realism and Beyond". *Realism Reconsidered: The Legacy of Hans J. Morgenthau in International Relations*. Ed. M. C. Williams. Oxford: Oxford UP, 2007. 62-92.
- Schimmelfennig, F. "Transnational Socialization: Community-building in an Integrated Europe". *Transnational European Union: Towards a Common Political Space*. Eds. W. Kaiser e P. Stare. London: Routledge, 2005. 61-82.
- Shaw, M. N. *International Law*. 6ª ed. Cambridge: Cambridge UP, 2008.
- Verdun, A. "Monetary Integration in Europe: Ideas and Evolution". *The State of the European Union: Risks, Reform, Resistance, and Revival*. Eds. M. Green Cowles e M. Smith. Oxford: Oxford UP, 2000. 91-109.